**A IMPLEMENTAÇÃO DO NOVO ENSINO MÉDIO**

Ana Caroline Fernandes Meira

Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri

caroline.fernandes@ufvjm.edu.br

Carla da Conceição de Lima

Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri

carla.lima@ufvjm.edu.br

**Eixo:** Políticas Públicas e Gestão da Educação

**Palavras-chave**: Novo Ensino Médio; Implementação; Políticas Públicas Educacionais

**Resumo Simples**

A 14.945/2024 que (re)formulou o Novo Ensino Médio mas tem sido alvo de debates e críticas no cenário das políticas públicas educacionais. O objetivo deste resumo é discutir as variáveis ambiguidade - espaço dado pela política para interpretação e adaptação dos implementadores tanto com relação aos meios como aos fins (Lotta et al, 2021) - e conflitos - associado à interdependência entre os atores e à divergência de objetivos (Lotta et al, 2021) - da equipe gestora presentes no processo de implementação do Novo Ensino Médio. O referencial teórico está ancorado em estudos no campo de Políticas Públicas Educacionais e Gestão Escolar (Lotta, 2014; Saraiva, 2024). A abordagem metodológica é qualitativa, exploratória e constitui-se de revisão bibliográfica realizada na base de dados *Scientific Electronic Library Online* (SciELO) com os seguintes descritores: Novo Ensino Médio; implementação; gestão escolar. Os 11 artigos encontrados foram agrupados em duas categorias: Novo Ensino Médio e Implementação. Na primeira categoria os 6 artigos indicam que os objetivos do Novo Ensino Médio foram (re)estabelecidos de forma impositiva. Embora o nível de ambiguidade tenha se mantido baixo, observou-se um alto grau de conflito em relação aos objetivos e/ou aos instrumentos da política. Na segunda categoria, composta por 5 artigos, identificou-se que as mudanças propostas interagem com contextos locais específicos, resultando em desfechos distintos em diferentes escolas. Essas especificidades levaram a um cenário de implementação simbólica, em que os atores enfrentam dificuldades para transformar as diretrizes políticas em ações concretas, o que acaba por aumentar os níveis de conflito e ambiguidade no momento da implementação da política.

**Referências**

BRASIL. Lei nº 14.945, de 31 de julho de 2024. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), a fim de definir diretrizes para o ensino médio, e as Leis nºs 14.818, de 16 de janeiro de 2024, 12.711, de 29 de agosto de 2012, 11.096, de 13 de janeiro de 2005, e 14.640, de 31 de julho de 2023. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 1 ago. 2024.

LOTTA, Gabriela Spanghero; BAUER, Marcela.; JOBIM, Rita.; MERCHÁN, Catherine Rojas. Efeito de mudanças no contexto de implementação de uma política multinível: análise do caso da Reforma do Ensino Médio no Brasil. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 55, n. 2, p. 395–413, 2021. DOI: 10.1590/0034-761220190159.

SARAIVA, Ana Maria Alves. Gestão escolar no novo Ensino Médio:: os sujeitos e os tempos . Revista Ponto de Vista, *[S. l.]*, v. 13, n. 2, p. 01–15, 2024. DOI: 10.47328/rpv.v13i2.16905.